



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Mundo do trabalho.

TRAMAS E DRAMAS DO TRABALHO OLEIRO NO AMAZONAS

Hamida Assunção Pinheiro¹

Resumo

O texto discute as tramas e os dramas que envolvem o trabalho dos oleiros do estado do Amazonas, dando destaque às condições de trabalho e de vida destes trabalhadores. Estas reflexões são produtos de pesquisa desenvolvida para a tese de doutoramento defendida no ano de 2015. A investigação se pautou numa perspectiva crítico-dialética para compreensão da realidade. Para a coleta de informações, foram utilizados roteiro semiestruturado de entrevista, diário de campo e registros fotográficos. A pesquisa verificou que os trabalhadores oleiros estão submetidos a precárias condições de trabalho e de vida.

Palavras-chave: Trabalho. Trabalho oleiro. Indústria cerâmica. Precarização do trabalho. Condições de vida.

WOOFs AND TRAGEDIES OF POTTER'S WORK IN THE AMAZON

Abstract

The text discusses the woofs and tragedies involving the work of potters of the Amazonas State, giving emphasis to working and living conditions these workers. These reflections are products of research for the doctoral thesis defended in the year 2015. The research took a critical perspective-dialectic for understanding of reality. For gathering information, were used semi-structured interview script, field journal and photographic records. The survey found that workers potters are subjected to precarious conditions of work and life.

Keywords: Work. Potter's work. Ceramic industry. Precarious work. Living conditions.

INTRODUÇÃO

O propósito deste artigo é discutir criticamente as relações de trabalho dos oleiros, principalmente no que diz respeito à precarização dos vínculos e do ambiente de trabalho e seus reflexos nas condições de vida dos trabalhadores.

No Estado do Amazonas, o município de Iranduba se destaca como um dos principais na produção de peças de cerâmica estrutural, sobretudo o tijolo de 8 furos e a telhas. O referido município, por ser possuidor de grandes jazidas de argila e se localizar nas proximidades da capital do Amazonas, tornou-se local propício para instalação de

¹ Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. É docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: <hamida.assuncao@gmail.com>.

várias indústrias cerâmicas ou olarias como também são chamadas as fábricas de produtos cerâmicos.

A indústria cerâmica marca a paisagem do local e também a vida de muitos moradores irandubenses, visto que emprega um importante quantitativo de trabalhadores. Qualquer visitante, assim que chega ao município, já visualiza uma grande quantidade de chaminés pertencentes aos fornos das fábricas.

O município de Iranduba pertence à Região Metropolitana de Manaus – RMM e, desde outubro de 2011, está interligado à capital por intermédio da Ponte Rio Negro. A maior parte das fábricas está situada nas imediações da Ponte Rio Negro, mais especificamente nos primeiros quilômetros da Estrada Manoel Urbano (AM – 070). Assim, a produção cerâmica tem escoamento facilitado para a cidade de Manaus.

DESENVOLVIMENTO

A indústria cerâmica se fundamenta no uso de técnicas antigas desenvolvidas pelos homens desde a Antiguidade. Em tempos passados, a indústria cerâmica, ainda que de modo artesanal, foi a principal responsável pela fabricação de objetos bastante úteis à vida cotidiana, tais como: potes, pratos, jarros, urnas funerárias etc.

Na atualidade, a indústria cerâmica possui ainda grande importância social e econômica, na medida em que é responsável pela fabricação de produtos amplamente empregados na construção civil, dentre outras áreas, além de gerar muitos postos de trabalho. Dados do Ministério de Minas e Energia (2014) revelam que a cerâmica vermelha ou cerâmica estrutural, como também é conhecida, teve uma produção no ano de 2013 estimada em 71 bilhões de peças e um faturamento de R\$ 21 bilhões de reais. Isto sem considerar a produção de louças sanitárias e de cerâmicas de revestimento.

No Amazonas, de acordo com dados do Sindicato das Indústrias de Olarias do Estado do Amazonas (SINDCER/AM) (2012), publicado no Jornal Amazonas em Tempo, existe um polo cerâmico-oleiro composto pelos municípios de Iranduba e de Manacapuru, com quase 6 mil trabalhadores envolvidos em atividades diretas e indiretas, formais e informais. Todavia, vale registrar que a pesquisa realizada

tomou somente o município de Iranduba como referência, uma vez que é onde se encontra a maioria das fábricas de cerâmica do Amazonas.

O quantitativo de trabalhadores apresentado pelo sindicato é apenas uma estimativa, uma vez que o setor caracteriza-se por grande rotatividade. A flutuação constante no número de trabalhadores é um indicativo importante que revela a fragilidade dos vínculos empregatícios. Além de todas as inflexões pertinentes ao mundo do trabalho contemporâneo, a indústria cerâmica é um ramo que sofre redução de produtividade de tempos em tempos, em função das mudanças climáticas; da emissão ou não de licenças ambientais; entre outras questões que rebatem no trabalho e na vida dos oleiros.

Quando examinamos a realidade amazônica, é importante considerar que a indústria cerâmica, regularmente, tem significativa diminuição de produtividade em função da subida das águas dos rios. Nos períodos de enchente (dezembro a abril) e cheia (de maio a julho), muitos trabalhadores oleiros precisam fazer outra atividade para ganhar a vida e garantir o sustento da família, uma vez que as jazidas de argila ficam inundadas e a venda dos produtos cerâmicos sofre queda em decorrência das chuvas que inviabilizam boa parte das construções. Desse modo, muitos oleiros também são pescadores, agricultores, peixeiros, vendedores ambulantes etc. em algum período do ano.

O trabalho oleiro envolve várias atividades distintas e exige dos seus trabalhadores uma longa jornada que se inicia nas primeiras horas do dia e pode se estender noite a dentro, dependendo do nível de produtividade de cada indústria. É um trabalho que exige força física, agilidade e conhecimentos das propriedades dos recursos naturais usados, essencialmente, o argila e a madeira.

Nesse sentido, um dos trabalhadores entrevistados sintetiza o processo produtivo, destacando algumas dificuldades do passado que hoje estão sendo superadas pela inserção de algumas tecnologias:

[...] o processo produtivo começava lá na argileira como uma equipe, uma turma, ou às vezes de forma individual, fazendo a carrada de barro como a gente falava na enxada, cortando o barro na enxada e pisando no pé e molhando com um balde, com um latão, com qualquer artefato que você tivesse na hora, uma cuia, até em alguns casos, você molhava o barro com a água da chuva que ficava empossada ou de algum rio que encheu próximo, que na vazante criou um reservatório de água. Então você molhava, cortava, manualmente. Você embarcava no batelão, naquela barça que se usou

muito pelos ribeirinhos aqui, hoje se usa muito pouco, ou ainda quem fosse mais moderno naquela época embarcava no caminhão, você levava para a cerâmica e o processo era feito todo de forma manual, colocava a argila na máquina pé duro, se cortava o produto de forma manual, se transportava o tijolo para o forno, naquela época, caieira, no ombro, os mais modernos já transportavam no carrinho de mão e você ia queimar na caieira com o forneiro, ele mesmo partia a lenha e abastecia a caieira. (Trabalhador oleiro, Pesquisa de Campo).

A indústria cerâmico-oleira no Amazonas ainda é bastante arcaica e emprega pouca tecnologia. Apesar de atualmente estarem sendo introduzidas algumas máquinas e técnicas mais modernas, se comparados às citadas pelos entrevistado, ainda assim o processo produtivo não foi alterado profundamente. D'Antona *et al.* (2007) revela que a inserção tecnológica nas fábricas de cerâmica do Amazonas é ínfima, o que coloca as empresas numa posição de inferioridade pela concorrência dos grandes mercados. Além disso, a produção cerâmica amazonense é consumida internamente, não sobrando excedente para a comercialização fora. É muito comum, todos os anos, quando a produtividade é reduzida em função da cheia, a mídia retratar tanto o aumento de preços como a falta de tijolos e telhas para a comercialização.

O processo produtivo cerâmico é composto por diferentes etapas, que abrangem desde a extração da argila e da madeira que ocorre na floresta, até mesmo a fabricação das peças que acontece dentro da olaria. Na atualidade, estas etapas são realizadas, na maioria das vezes, por trabalhadores distintos e que também possuem diversas relações de trabalho junto às indústria cerâmico-oleira. Há os que possuem vínculo empregatício, mas também têm os que estão na informalidade.

No que concerne à extração dos recursos naturais empregados na produção, que é a fase inicial do processo produtivo, os oleiros necessitam de boas condições climáticas para a execução das tarefas: boa luminosidade, ausência de chuva, conhecimento das propriedades dos recursos etc. Os oleiros de Iranduba extraem os recursos (argila e madeira) e os estocam para garantir alguma produtividade no tempo da enchente e da cheia.

Durante a primeira etapa de produção, ocorre a coleta dos recursos naturais. Há trabalhadores que exploram a argila e outros responsáveis pela retirada da madeira. São trabalhos executados fora do ambiente da fábrica, na maior parte das vezes, por trabalhadores diferentes. Os trabalhadores adentram na floresta em busca dos

recursos naturais, objetivando providenciar os insumos necessários à produção cerâmica, e garantir assim o seu sustento e de sua família.

É comum que, tanto os que exploram a argila, como os que extraem a madeira, não tenham a carteira assinada pelos donos das fábricas do Iranduba. Aqueles que retiram a argila quase sempre trabalham por empreitada, ou seja, são pagos pela quantidade de argila que retiram ou pela quantidade de tempo que operam a retroescavadeira. Enquanto os que extraem a lenha, ganham com a venda do material para os proprietários das fábricas. São trabalhos periódicos, temporários e, quase sempre, desenvolvidos em condições de alta periculosidade.

As indústrias do município de Iranduba ainda usam majoritariamente a lenha e/ou o pó de serragem como material de queima nos fornos. Não há por enquanto nenhuma indústria adaptada ao uso do gás natural ou qualquer outra fonte alternativa de energia. Todavia, há no município um ponto de distribuição de gás natural, da rota do gasoduto Coari-Manaus, que poderia estar sendo utilizado para o abastecimento dos fornos.

Em outros estados brasileiros o gás natural é uma tecnologia bastante empregada para a produção cerâmica em larga escala e tem demonstrado enormes vantagens em relação ao uso de lenha e do pó de serragem, tais como: diminuição no desperdício na produção final devido produzir temperatura mais homogênea e constante; não requer espaço para estocagem; operação mais segura, desde que aplicadas as normas pertinentes; os riscos são bem menores de ser atingido pela falta de matéria-prima; maior controle no processo produtivo; produção mais limpa pois o gás natural é uma substância que não produz óxidos de enxofre e reduz na ordem de 40% a emissão de óxidos de nitrogênio, responsáveis pela chuva ácida e destruição da camada de ozônio e diminui a emissão de CO₂, responsável pelo efeito estufa etc. (KAWAGUTI, 2004).

Ainda nessa primeira etapa do processo produtivo, após a extração dos recursos naturais, os mesmos são encaminhados para indústria cerâmica, onde ocorre o processo de estocagem destes recursos e a fabricação da cerâmica. A lenha tem uso mais imediato, principalmente se ela estiver seca, enquanto que o barro é posto para descansar por até 12 meses, dependendo de sua qualidade, da produtividade da indústria e da disponibilidade da área para estoque. Nesse quesito, conta muito a experiência do

trabalhador oleiro para avaliar em que momento o barro poderá ser utilizado. Os mais antigos analisam a qualidade do barro através da observação da coloração, da umidade e da consistência. Os velhos trabalhadores observam, tocam, apertam e, às vezes, até mordem o material.

Na instalação industrial propriamente dita, os trabalhadores se organizam em volta dos maquinários e dos fornos. A maromba (figura 1) é o equipamento que recebe a argila, faz a mistura (com água ou óleo) e a moldagem no formato desejado, ou seja, em blocos de diferentes tamanhos, entre eles o tijolo de 8 furos, que é o mais vendido. O forno (figura 2) corresponde ao local de cozimento ou queima das peças. Existem fornos de diferentes modelos, o da figura 2 é do tipo semicontínuo com bocas de acendimento lateral. É possível ver próximo às bocas, restos de madeiras usadas no processo de queima.



Figura 2 – Fabricação de tijolos em Iranduba
Fonte: Pinheiro, Pesquisa de campo.



Figura 3– Forno de uma olaria em Iranduba
Fonte: Pinheiro, Pesquisa de campo.

O processo produtivo dentro da fábrica se inicia no caixão alimentador do maquinário, dali o barro entra na esteira e é conduzido até a modelagem em formato de diferentes blocos cerâmicos, dependendo da fôrma introduzida na maromba. No caso da telha, o processo produtivo ganha um procedimento a mais, após a modelagem, ela passa pela prensagem. Já no caso dos blocos, após a modelagem, estes vão direto para o secador ou são deixados ao ar livre para secagem natural. Nesta etapa, os trabalhadores precisam ter agilidade e sincronismo nos movimentos para retirar as peças do maquinário e levá-las para a secagem com rapidez.

Após a secagem, o tijolo é levado ao forno para cozimento ou queima. Este processo é mais lento e leva uma média de 72 horas. É uma etapa que exige acompanhamento direto, uma vez que o trabalhador precisará alimentar o forno várias vezes com material de queima (lenha, pó de serragem, resto de construção, etc.). O trabalhador responsável pelo forno, geralmente chamado de forneiro, trabalha sob elevadas temperaturas e precisa estar muito atento para não deixar as peças queimarem dentro do forno.

Depois da queima, é o momento de esperar as peças ficarem frias para retirá-las do forno. Algumas indústrias cerâmicas empregam o uso de grandes ventiladores industriais para diminuir o tempo de resfriamento, além de ser necessário o uso de luvas, botas, óculos e máscara para retirada do material do forno pelo trabalhador em segurança. Os fornos atingem temperaturas elevadíssimas para queimar as peças, bem acima de 1.000 graus Celsius, por isso demoram bastante para esfriar. Os desenformadores são os trabalhadores que fazem a retirada desse material do forno, um dos entrevistados desabafa afirmando que não gosta muito da função porque de vez em quando queima os dedos: “[...] é um trabalho ruim, tem que pegar tijolo quente, isso é muito ruim” (Trabalhador Oleiro, Pesquisa de campo).

A partir dessa fase, as peças já estão prontas para venda. Algumas fábricas, recentemente, começaram a embalar os seus produtos usando paletes como base e plástico transparente para lacrar as pilhas de blocos cerâmicos, outras apenas empilham um a um nas carrocerias dos caminhões e/ou caçamba e levam para a venda em Manaus, que é o principal centro consumidor dos produtos.

Em Iranduba, o trabalho oleiro está entre as principais formas de trabalho disponíveis, desde muito cedo os jovens são levados, às vezes pelos próprios pais, para apreender o ofício nas fábricas. Inserir o filho na indústria o quanto antes, significa para muitas famílias empobrecidas a possibilidade de ampliar o orçamento familiar de forma mais imediata. Na pesquisa realizada encontramos casos de filhos que aprenderam a função do pai ainda na infância e hoje estão os substituindo:

Eu comecei trabalhar tinha 12 anos [...], a gente enchia os fornos, que era caieira. O velho [pai] tomava conta de uma coisa e agente de outra né, quando ele ia pescar, ele dizia: hoje eu vou pescar e vocês vão para o trabalho. Aí a gente tinha que fazer aquilo ali. A gente chegava lá e fazia tudo direitinho (Trabalhador oleiro, pesquisa de campo).

A inserção precoce nas fábricas não é coisa do passado, durante a pesquisa observamos a presença de filhos e filhas de trabalhadores que vão para as olarias ajudar no serviço e, com isso, ganhar um dinheiro extra para a família. Esta inserção precoce quase sempre se dá pela via da informalidade até mesmo porque muitos jovens nem possuem idade para começar a trabalhar e nem mesmo documentação para tal.

Antunes (2007) entende que a informalidade é todo ou qualquer trabalho assalariado ou não, prestado por membro da classe trabalhadora para pessoa física ou jurídica, ou ainda, realizado por conta própria, mas sem carteira assinada. A informalidade convive com formalidade nos diferentes ramos das indústrias em menor ou maior grau. No caso das indústrias cerâmico-oleiras em Iranduba, a informalidade é uma constante que pode ser facilmente observada nas mais diversas funções. Não são só os jovens que estão na informalidade, mas muitos homens e mulheres adultos e até idosos também.

Se a informalidade pode significar a aquisição de renda, por outro lado ela leva à precarização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. O depoimento de um dos entrevistados é muito representativo dos riscos à saúde, da falta de segurança e da instabilidade presente nas relações informais que ocorrem em Iranduba:

[...] o trabalho é praticamente avulso, algumas empresas não assinam a carteira de trabalho. Se não trabalhar pega a conta, e os acidentes são frequentes na olaria, alguns ficam afastados não podendo mais trabalhar. (Trabalhador oleiro, Pesquisa de campo).

Em Iranduba, os trabalhadores formais e informais se misturam nas diferentes etapas do processo produtivo oleiro, podendo até executar atividades idênticas na mesma indústria. Durante a pesquisa, verificamos que 20% dos 200 trabalhadores que entrevistamos não possuíam carteira assinada. Nem as constantes fiscalizações realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nas fábricas do município de Iranduba são suficientes para inibir tal processo.

Nas olarias de Iranduba, identificamos ainda trabalhadores que dizem preferir a informalidade, isto é, realizar pequenos serviços popularmente chamados de ‘bicos’, com a justificativa de se sentirem mais livres. Um dos trabalhadores entrevistados nos revelou que trabalha atualmente sem carteira assinada por opção:

“[...] já trabalhei com carteira assinada por 4 anos, pedi a conta porque o trabalho era puxado demais, ganhava pouco e o patrão era chato, agora que trabalho enchendo caminhão eu ganho mais, ganho na diária e acho bem melhor” (Trabalhador Oleiro, Pesquisa de campo).

Na realidade, ao analisarmos o depoimento do trabalhador vimos que a opção de permanecer na informalidade, não é uma livre escolha pura e simples, é na verdade um ato de rebeldia e insubordinação frente às difíceis e duras condições de trabalho e aos baixíssimos salários pagos pelas fábricas do setor.

Nas conversas com os trabalhadores informais observamos que as principais alegações desses oleiros para permanecer na informalidade são: possibilidade de trabalhar cada dia em um lugar diferente; flexibilidade de dias e horários de trabalho; recebimento imediato por tarefa executada; recebimento sem descontos de INSS e sindicato; falta de documentos (Registro Geral (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de Trabalho) etc.

Muitos dos trabalhadores oleiros de Iranduba têm baixo nível de escolaridade e, por isso, acabam tendo possibilidades limitadas de mudar de trabalho. A pesquisa descobriu que 64,5% dos entrevistados têm no máximo o ensino fundamental completo. Nesse cenário, a informalidade é uma estratégia bastante usada para garantir o sustento.

Os baixos salários também são característicos à categoria dos trabalhadores oleiros. No ano de 2013, por exemplo, o piso salarial do trabalhador oleiro estava fixado em 700,00 (setecentos reais) para 44 horas de trabalho semanais, ou seja, exatamente R\$ 22,00 (vinte e dois reais) a mais que o salário mínimo da época, que era de R\$ 678,00 (seiscentos e sessenta e oito reais).

A informalidade, bem como as baixas remunerações, são indicativos importante da precarização das relações de trabalho. A informalidade, por exemplo, mascara os índices de desemprego no Brasil e no mundo e fragmenta a classe-que-vive-do-trabalho², criando clivagens cada vez mais profundas entre trabalhadores estáveis e precários. Assim, a informalidade pode contribuir para o aprofundamento de uma série de problemáticas sociais que afetam o cotidiano da classe trabalhadora. Lira (2008) avalia que “[...] a insegurança social é uma das faces do custo social da informalidade,

² Por uma questão de reafirmação da centralidade do trabalho para sociedade capitalista contemporânea, Antunes (2005; 2007) nomina a classe trabalhadora de classe-que-vive-do-trabalho.

resultante das mudanças ocorridas no processo de acumulação do capital que, por sua vez, afetam as relações entre Estado, mercado e sociedade” (LIRA, 2008, p.153).

As mudanças na relação entre Estado, mercado e sociedade de que nos fala a autora, não afeta a base da sociedade capitalista de produção. Estas mudanças são decorrentes das políticas neoliberais que objetivam redirecionar as formas de regulação do Estado na economia e na esfera do trabalho. É nesse movimento que se amplia o desemprego, o subemprego e a informalidade, e como consequência disso, agrava-se a situação de pobreza da classe trabalhadora.

Na visão de Lira (2008), a informalidade tem contornos sombrios justamente por abarcar um contingente silencioso de desempregados que tenta reagir em meio à deteriorização de suas condições de trabalho e de vida. As atividades informais desenvolvidas pelos trabalhadores, algumas vezes, vêm assumindo a imagem ilusória de mais uma opção de trabalho, associada muitas vezes à ideia de empreendedorismo. Vende-se ao trabalhador a imagem de autonomia, de independência e de certa facilidade em ser dono do seu próprio negócio, quando na verdade, o empreendedorismo no Brasil, principalmente em um cenário de crise, é um imenso desafio.

O trabalho informal configura-se como uma estratégia de sobrevivência adotada por quem não consegue adentrar no mercado formal de trabalho. Também pode ser chamado de desemprego invisível, conforme denomina Pochmann (2001), uma vez que a condição de informal retira o trabalhador do desemprego aberto, ainda que momentaneamente. A informalidade é um processo que sempre ocorreu, mas a partir dos anos de 1990 tem se tornado cada vez mais significativo no Brasil, o que vem contribuindo para o aumento das desigualdades sociais entre a classe trabalhadora e a classe detentora do capital.

É pertinente destacar que foi a partir da década de 1990 que os países da América Latina colocaram em prática as medidas de cunho neoliberal, as quais objetivam prioritariamente a redução dos gastos sociais do Estado e a flexibilização das relações de trabalho. Na onda neoliberal os direitos sociais e trabalhistas tornam-se cada vez mais restritos e o Estado mais enxuto. Ao analisar este cenário, Behring e Boschetti (2008), consideram que,

[...] os anos 1990 até os dias de hoje têm sido de contrarreforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamentos das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 147).

Nessa conjuntura, as relações de trabalho foram e continuam sendo bastante flexibilizadas e, por outro lado, são fortalecidas estratégias de contratos temporários, de terceirização, redução da jornada de trabalho e salários etc. Estas estratégias precarizam as relações de trabalho e têm graves consequências para as condições de vida da classe trabalhadora.

A sociedade capitalista está assentada numa relação desigual entre classes sociais antagonicas: donos dos meios de produção versus trabalhadores. Todavia, mesmo defendendo interesses contraditórios, as classes possuem uma relação de dependência, na medida em que os trabalhadores precisam vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência e os donos dos meios de produção necessitam da força de trabalho para garantir e ampliar o capital (MARX, 2012).

Os trabalhadores das indústrias cerâmicas exercem atividades consideradas de baixo status socioeconômico, na grande maioria das vezes, são pessoas que tiveram poucos anos de estudo e pequena qualificação profissional. São trabalhadores que aprenderam na prática e que não possuem formação específica. São trabalhadores que se sujeitam aos ambientes insalubres e inseguros e aos baixos salários pela falta de melhores oportunidades para obtenção de renda para o sustento da casa. A indústria cerâmica é um setor que ainda absorve trabalhadores com pouca ou nenhuma formação educacional. Para muitos é a única opção de trabalho.

Pinheiro (2013) identificou que os moradores do Distrito Cacau Pirêra – local onde se concentra as indústrias cerâmicas de Iranduba – praticam muito mais atividades consideradas modernas, caracterizadas pelo recebimento de renda em dinheiro, sobretudo ligadas ao ramo cerâmico, que as atividades tradicionais de subsistência como a agricultura, o extrativismo vegetal e animal e a criação de animais.

Em Cacau Pirêra, as atividades tradicionais, quando são desenvolvidas, são tidas como forma de complementação da renda e, em alguns casos, as mesmas têm sido vistas como símbolo de atraso, uma espécie de retorno ao passado pelos moradores. Desse modo, a autora registra que muitos são os que preferem trabalhar nas olarias,

ainda que de forma precária, sem vínculo empregatício e/ou garantias trabalhistas, que plantar, pescar e caçar.

No mundo do trabalho, os trabalhadores que exercem profissões consideradas mais qualificadas recebem melhores salários e, conseqüentemente, estão menos vulneráveis socialmente apesar de não estarem livres da condição de trabalhador explorado. Por outro lado, as funções mais especializadas também exigem um maior nível de instrução educacional e técnica do trabalhador. No caso dos trabalhadores oleiros do município de Iranduba, as atividades realizadas não requerem grandes especializações dos trabalhadores, até mesmo porque as fábricas utilizam maquinários bastante arcaicos e técnicas de produção bem antigas.

Os trabalhadores oleiros do município de Iranduba têm pouca qualificação e também recebem baixos salários, conseqüentemente, lidam cotidianamente com problemas de toda ordem, dentre os quais merece destaque: as dificuldades de acesso à saúde, à educação, à moradia, ao saneamento básico, à alimentação, dentre outras políticas públicas e/ou serviços privados. Mesmo aqueles que estão em situação de trabalho formal, com direitos trabalhistas garantidos, passam dificuldades. O baixos salários são impeditivos da garantia de uma vida digna e farta.

Na tentativa de tornar a vida menos difícil, é comum que os trabalhadores desenvolvam outras atividades para completar suas rendas ou realizem jornadas extras para garantir um salário melhor. O depoimento de um entrevistado é revelador nesse sentido: “Eu trabalhava de domingo a domingo serrando lenha, cheguei a operar moto serra até de noite no escuro, eu cheguei a passar mal e peguei esgotamento físico de tanto trabalhar” (Trabalhador oleiro, Pesquisa de campo).

A vida do trabalhador oleiro não é fácil, além de trabalhar horas a fio numa atividade que exige muito empenho, dedicação e bastante força física, esta não garante um salário capaz de proporcionar acesso às condições de uma vida confortável materialmente. A superexploração dos oleiros do município de Iranduba é evidente. São homens, mulheres e famílias inteiras que se dedicam ao serviço de olaria e, mesmo assim, não conseguem superar as dificuldades mais básicas.

Na sociedade capitalista, o trabalho deixou de ter como principal finalidade a atividade humana criadora, ele se constitui enquanto meio para formar e ampliar o capital. Iamamoto (2007), dialogando com as ideias marxianas, considera que,

quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais se alienam as relações sociais de produção e se radicaliza as desigualdades sociais. Nesse movimento, a contínua valorização do capital contribui para a banalização do ser humano e de suas necessidades, o que por sua vez, evidencia as múltiplas expressões da questão social como componente das condições de vida da classe trabalhadora.

A banalização do ser humano e de suas necessidades, que também é chamada de barbárie, faz com que os trabalhadores se mantenham em constante situação de vulnerabilidade social. A palavra vulnerabilidade foi apropriada da área biológica, onde é empregada para indicar a presença de fatores de riscos, ou seja, maior predisposição ao acometimento de doenças e/ou anomalias. Seguindo esta lógica, a vulnerabilidade social deve ser compreendida juntamente com o conceito de risco social, os quais juntos indicam situações de ausência ou dificuldades de acesso à proteção social. A vulnerabilidade e o risco social são sinais reveladores da precarização das condições de vida (SPOSATI, 2009).

A vulnerabilidade social, segundo Sposati (2009), não é puramente uma questão de possuir ou não uma renda em dinheiro, ela se espraia para além da esfera econômica e toma conta de outras dimensões da vida humana, tornando o homem mais suscetível a uma série de riscos, dificuldades e inacessibilidades. Para Sposati (2009, p. 34) “numa sociedade complexa a vulnerabilidade social não é só econômica, ainda que os de menor renda sejam mais vulneráveis pelas dificuldades de acesso aos fatores e condições de enfrentamento a riscos e agressões sociais”.

A vulnerabilidade vai além das problemáticas sociais, ela envolve perdas importantes na esfera cultural, educacional, política etc. No cenário brasileiro contemporâneo, milhares de trabalhadores encontram-se em situação de vulnerabilidade social. A vulnerabilidade social está atrelada à pobreza em seu sentido amplo, não se resume à questão monetária. A condição de vida dos trabalhadores oleiros evidenciou que grande parte deles vive em situação de profunda vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhadores oleiros em Iranduba, inseridos na moderna economia de mercado, são afetados pela reconfiguração das relações de trabalho em voga na

contemporaneidade e também vivenciam situações de informalidade, precarização e vulnerabilidade social. Os trabalhadores oleiros de Iranduba vivem em condições de pobreza e passam por muitas necessidades: falta de habitações dignas, inexistência de saneamento básico, dificuldades de acesso aos equipamentos de saúde, escolas públicas sucateadas, entre outras. Esta realidade se conecta ao universo mais amplo que estrutura o sistema capitalista de produção.

A flexibilização das leis trabalhistas e a precarização das condições de vida não afetam apenas os trabalhadores da indústria cerâmico-oleira. Estes processos são parte da lógica macroeconômica, que pretendendo aumentar os lucros e restringir os direitos trabalhistas, reforça assim índices de pobreza jamais vistos no mundo.

As indústrias cerâmico-oleiras são responsáveis pela geração de renda para os municípios de Iranduba. Elas têm um papel fundamental para seus habitantes, marcam a economia, o trabalho e a própria vida dos mesmos. Entretanto, não se pode ignorar que estas se caracterizam pelo trabalho em ambientes insalubres, longas jornadas, baixos salários, informalidade etc.

As indústrias cerâmico-oleiras são importantes para o município de Iranduba e para vida dos trabalhadores oleiros. Entretanto, faz-se necessário colocar em prática medidas de melhoria nas relações e no ambiente de trabalho, o que certamente resultará em mais qualidade de vida para os trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. Campinas (SP): Cortez, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

BERHING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

D'ANTONA, Raimundo de Jesus Gato et al. **Projeto materiais de construção na área Manacapuru-Iranduba-Manaus-Careiro (Domínio Baixo Solimões).** Manaus: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2007.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

KAWAGUTI, Wagner Mitio. Estudo do comportamento térmico de um forno intermitente tipo “paulistinha” utilizada na indústria de cerâmica vermelha. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica)-Programa de Pós Graduação em Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

LIRA, Izabel Cristina Dias. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Cortez; São Luís: FAPEMA, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant’Ana. v. 1. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Anuário estatístico 2014**: setor de transformação de não metálicos. Brasília (DF): Secretaria de Geologia Mineração e Transformação Mineral, 2014. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1732813/Anuário+Estat%C3%ADstico+do+Setor+de+Transformação+de+Não-Metálicos+-+2014+-+ano+base+2013_PDF.>> Acesso em: 2 jan. 2014.

PINHEIRO, Hamida Assunção. **Fronteiras da vida**: o tradicional e o moderno na Amazônia. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2013.

POCHMANN, Márcio. **A metrópole do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SINDCER/AM. Sindicato das Indústrias de Olarias do Estado do Amazonas. Olarias perdem 50% da produção com a cheia. **Amazonas em Tempo**, Manaus, 4 maio 2012. Caderno B-Economia, p. B3.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília (DF): Unesco, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001830/183075por.pdf>>. Acesso em: 1º abr. 2013.